



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11576 - Resumo Expandido - Trabalho - XVI Reunião da Anped Centro-Oeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 09 - Trabalho e Educação e Movimentos Sociais

URBANIDADE INDÍGENA E EDUCAÇÃO ESCOLAR: IMPLICAÇÕES PARA EDUCAÇÃO FORMAL

Aila Oliveira Serpa - UFG - Universidade Federal de Goiás

José Paulo Pietrafesa - UFG - Universidade Federal de Goiás

URBANIDADE INDÍGENA E EDUCAÇÃO ESCOLAR: IMPLICAÇÕES PARA EDUCAÇÃO FORMAL

As estimativas da quantidade e diversidade étnica brasileira desde 1500 são extremamente variadas, podendo ir de 4 milhões a 100 milhões de indivíduos e de 2 grupos étnicos (os tupi e os tapuias) a uma infinidade incalculável. O que de fato temos é que de 1500 a 1970 houve um decréscimo acelerado da população indígena do Brasil, assim como a extinção de vários povos.

A recuperação demográfica e os “ressurgimentos” étnicos começaram a se apresentar a partir da década de 1970, no bojo de várias mudanças políticas e conceituais no campo indígena. Com relação à diversidade étnica brasileira os dados atuais são divergentes, mas comumente concordam no fato de que apesar de representarem pouco menos de 0,5% da população brasileira, os Povos Indígenas do Brasil apresentam enorme diversidade.

A região Centro Oeste é a terceira região com maior concentração de Povos Indígenas, sendo Mato Grosso o segundo estado da região com a maior concentração desta população, com aproximadamente 42.538 indivíduos (IBGE, 2010) e 41 Povos Indígenas (ISA, 2016). O grupo indígena Xavante, autodenominado A’uwê Uptabi – “O Povo Verdadeiro” – tem uma população de cerca de 20 mil indivíduos distribuídos em 12 terras indígenas, no estado de Mato Grosso, representando aproximadamente 50% do total da população indígena do Estado (FUNAI, 2015).

Para Souza (2008) a questão da demografia dos Povos Indígenas do Brasil é uma

questão bastante complexa e que gera muita discordância, apesar disso é consenso que a atual situação demográfica desses povos é diretamente relacionada com os impactos causados pela relação com a sociedade envolvente e como essa relação se deu e vem se dando historicamente.

Azevedo (2011, s/n) destaca um aspecto pouco investigado pelos estudiosos da área: “[...]a multilocalidade dos povos indígenas e os próprios conceitos de rural e urbano do ponto de vista dessa população.”; sendo que a análise dos resultados censitários devem priorizar os trabalhos relacionados “[...]à migração, aos deslocamentos espaciais da população indígena em direção aos centros urbanos e, ao mesmo tempo, a sua presença - ou consideração de moradia principal - nas aldeias de origem.” (AZEVEDO,2011, s/n).

Segundo levantamento realizado por Santos (2014) inúmeros são os fatores que levam os indígenas, individualmente ou em núcleos familiares, a migrarem para cidade; entre eles a autora destaca: a contínua e progressiva perda de territórios tradicionais, conflitos internos às aldeias e busca de serviços básicos, como a educação escolar/universitária e o atendimento de saúde. Há ainda o surgimento de cidades no interior de aldeias e inúmeros casos encontrados pela autora que demonstram um fluxo constante entre a aldeia e a cidade.

As referências às populações indígenas urbanas, conforme Souza (2009), costumam estar relacionadas ao processo de democratização do país, à reafirmação da identidade étnica (no contexto da legislação internacional, nacional e no contexto das próprias relações sociais) e à consolidação do movimento indígena, aspectos evocados por lideranças e estudantes indígenas que lutam pela transformação de direitos em políticas públicas que alcancem igualmente os Povos Indígenas quer sejam urbanos ou aldeados.

Para Luciano (2006) a realidade atual é “[...] estender e consolidar políticas adequadas [...] que não podem ser iguais àquelas voltadas para as aldeias e as terras indígenas, uma vez que as demandas e perspectivas são diferentes em muitos aspectos.” (2006, p. 4).

No campo da educação escolar, a tendência, hoje, volta-se às famílias indígenas que ampliaram a procura pela escola urbana, quer pela necessidade de continuar o processo de escolarização iniciado nas aldeias, quer por acreditarem que as escolas da cidade lhes oferecem mais recursos, oportunidades e saberes (SANTOS, 2014). Neste sentido podemos dizer que os avanços legais na formação de uma educação escolar indígena diferenciada e bilíngue vêm tendo um bom desenvolvimento, inclusive com ampla participação dos próprios Povos Indígenas; infelizmente não podemos dizer o mesmo quando se trata de políticas de acesso, permanência e qualidade da educação indígena no espaço urbano.

Considerando ser importante que novos estudos busquem compreender o indígena na cidade, fugindo das dicotomias limitantes nessa compreensão e promovendo o diálogo entre os mundos e suas culturas em contato na escola, espaço privilegiado de socialização; o projeto de pesquisa aqui apresentado busca contribuir com os estudos sobre as relações interétnicas no ambiente escolar urbano e, ao mesmo tempo, compreender a realidade do

Xavante na escola urbana em dois municípios do nordeste mato-grossense.

O principal objetivo é compreender a perspectiva do jovem indígena da escola urbana, como ele se vê e se coloca nesta escola. Como objetivos específicos temos: descrever o processo de apropriação da região Nordeste de Mato Grosso pelo capital agrário e os conflitos com os Povos Indígenas da região, compreender quais são as políticas públicas para educação de Povos Indígenas em contexto urbano e interpretar a perspectiva dos alunos indígenas sobre si na escola urbana.

O lócus da pesquisa é a região nordeste de Mato Grosso, com foco em duas escolas estaduais urbanas que ofertam ensino médio em Nova Xavantina e Campinápolis. Segundo dados do IBGE o estado de Mato Grosso está localizado no centro da América Latina e ocupa uma área de 903.207.050 km² do território brasileiro, fazendo parte da região Centro-Oeste do país. A população estimada em 2020 era de 3.526.220 pessoas com uma densidade demográfica de 3,36 habitantes por quilômetro quadrado.

As divisões regionais e agrupamentos de Estados e Municípios tem por finalidade atualizar o conhecimento sobre as diferentes porções de terra do país, além, de viabilizar levantamento e divulgação de dados estatísticos; sendo de caráter científico, está sujeita a mudanças, sendo que em 2017 houve mais uma classificação, baseada em processos sociais, políticos e econômicos dos últimos 30 anos, dos Estados em regiões Intermediárias e Imediatas. Com isso o Estado de Mato Grosso que antes era organizado nas mesorregiões Centro-Sul, Nordeste, Norte, Sudeste e Sudoeste, passa a ser também caracterizado nas regiões Intermediárias de Cuiabá, Cáceres, Sinop, Barra do Garças e Rondonópolis.

O Vale do Araguaia, nossa área de interesse, é localizado na mesorregião Nordeste e Região Imediata de Barra do Garças. Cada mesorregião é subdividida em microrregiões, assim como cada região Intermediária é subdividida em regiões Imediatas, sendo que os municípios que serão nosso recorte mais específico, Nova Xavantina e Campinápolis, são compreendidos entre o norte da região imediata de Barra do Garças e sul da região imediata de Água Boa.

Segundo Oliveira (2017) a cidade de Nova Xavantina recebe indígenas das terras Indígenas Areões e Parabuburi, localizadas nos municípios de Água Boa e Campinápolis; sendo que Campinápolis é o município com a maior população indígena do estado de Mato Grosso. A principal terra indígena da região é a TI Parabubure que, de acordo com Censo de 2010, possui uma população de 8392 pessoas, compreendida nos municípios de Água Boa, Nova Xavantina e Campinápolis.

Os sujeitos da pesquisa são os professores e gestores das escolas urbanas de ensino médio, assim como seus alunos indígenas. A pesquisa, de caráter qualitativo, se encontra em fase inicial, focada na revisão bibliográfica da temática assim como da apropriação de repertório teórico para o desenvolvimento de análise baseada na perspectiva sócio-histórica; como instrumentos metodológicos adotaremos a revisão bibliográfica, análise documental,

além de entrevistas (estruturadas e semi-estruturadas) e a observação.

Esperamos que este trabalho possa de fato complexificar a discussão e análise da urbanidade indígena, as implicações *para* e *da* escola para essas populações, assim como contribuir com o fortalecimento da luta dos Povos Indígenas do Brasil pelo seu reconhecimento socio-histórico-cultural.

Palavras-Chave: Urbanidade Indígena, Educação escolar indígena, Mato Grosso, Povo Xavante – A'uwê

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M. M. **O Censo 2010 e os Povos Indígenas**. Agosto/2011. Disponível em <https://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-Atual/quantos-sao/o-cesno-2010-e-os-povos-indigenas>. Acessado em 25 de julho de 2016.

INSTITUO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Os indígenas no censo demográfico 2010: primeiras Considerações com base no quesito cor ou raça**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012

INSTITUTO SÓCIO AMBIENTAL. (2016). Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/0/1/2/populacao-indigena-no-brasil>>. Acessado em 02 de outubro de 2014.

LUCIANO, G. Dos S. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD. LACED, 2006. (Coleção Educação para todos, 12). (Vias dos saberes, n. 1).

OLIVEIRA, N. A. de. **História, memória e exclusão: os xavante e as políticas nacionais de desenvolvimento em Nova Xavantina – MT**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Porto Alegre-RS, 2017.

SANTOS, V. S. dos. **Expressões Identitárias no Espaço Escolar: um estudo com estudantes indígenas de escolas públicas urbanas de Ji-Paraná, Rondônia**. Dissertação de Mestrado. UFMT, Cuiabá – MT. 2014

SOUZA, L. G. de. **Demografia e saúde dos índios Xavante do Brasil Central**. Tese de doutoramento em Ciências na área da Saúde Pública, pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. Rio de Janeiro, 2008.

SOUZA, M. M; PESSÔA, V. L. **A contra-reforma agrária em Rondônia: colonização agrícola, expropriação e violência**. 2009. Anais do V encontro de grupo de pesquisa. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/vengrup/anais/1/Murilo%20Mendonca_NEAT-UFU.pdf> Acesso em: 26 de maio de 2016.